

O INCONSCIENTE LACANIANO E A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Guilherme Augusto Rezende Lemos

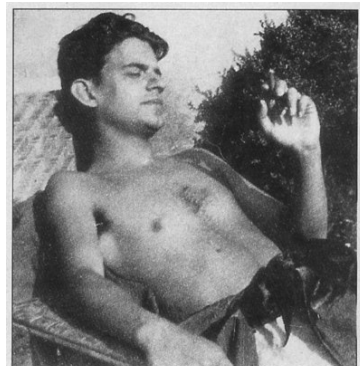
Minha pesquisa tem se debruçado sobre as condições de possibilidade do currículo e da educação escolar num mundo interconectado, povoado por sujeitos descentrados imersos em culturas híbridas, entendidas como traduções ou não-lugares?



Lacan 1

entre outros, e entendê-lo apenas como a possibilidade de intercomunicação em espaço diminuto, independente da distância físico-geográfica entre seus interlocutores, a isso chamo interconexão.

Afinando-me com o pensamento de Stuart Hall (2006: 71) ao afirmar que “todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos”, situo os processos de interconexão como verdadeiros destruidores de identidades a



Lacan 2

partir da separação entre espaço e lugar, conforme Giddens (1990: 18)¹

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida real eram, para a maioria da população, dominadas pela presença – por uma atividade localizada... A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão “ausentes”, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face. Nas condições da modernidade..., os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza.

Num rápido retrocesso, se acompanharmos o desenrolar das relações humanas à distância desde a invenção da imprensa, para não ir mais além, passando pelo desenvolvimento dos correios e telégrafos, o telefone, o cinema e a televisão, nada se compara aos efeitos interconectivos proporcionados pelas redes de computadores e, mais recentemente, de celulares; o lugar da “convivência” e do estreitamento das relações sócio afetivas definitivamente não coincide mais com o espaço territorial geográfico. Interconectados e acomodados dentro de nossas casas e escritórios vivemos hoje, por conta da interconectividade, um processo de hibridação cultural em proporção e velocidade avassaladoras. Aos poucos nossos mitos identitários: nação, família, gênero, raça, sexo, tradição, pureza, etnia, ideologia; sem que tenhamos tempo de tomarmos consciência disso, vão se esfacelando em micro estilhaços irremediáveis. Isso significa o fim dessas categorias? Não necessariamente, mas significa sua desnaturalização, sua precariedade e sua provisoriedade.

Passando ao segundo ponto da questão inicial, a idéia de “sujeito descentrado”, para Stuart Hall, é um processo longo e tortuoso como o foi o processo de “centramento” que se inicia com o *Cogito, ergo sum* de Descartes e tem seu coroamento na individualidade iluminista preconizada por Kant. O descentramento para Hall (2006: 34) atravessa cinco estágios que correspondem a cinco avanços na teoria social das ciências Humanas.

O primeiro deles encontra pouso nos escritos de Karl Marx onde, segundo a leitura e Althusser, o homem – indivíduo – desloca-se do centro do sistema teórico e em seu lugar espriam-se as relações sociais. Esse deslocamento

¹ Apud. Hall, 2006: 72.

não só coloca em suspenso a idéia de essência humana, bem como a de uma essência atrelada ao indivíduo, como o pensava Descartes.

O segundo coincide com a descoberta do inconsciente por Freud, a partir da qual Lacan preconiza que a idéia da inteireza e da unificação do sujeito não é algo dado, mas aprendido no decorrer da existência com grandes dificuldades a partir do olhar do outro.

O terceiro descentramento encontra seu nascedouro naquilo que a história da filosofia convencionou chamar de virada lingüística, com os pensamentos de Wittgenstein e Saussure, bem como no agravamento proposto pelas teses de Jacques Derrida. Nesse sentido é o usufruto da linguagem que constitui o ser do homem; se somos prisioneiros da linguagem, se cultura é o que se circunscreve no interior da linguagem, e a linguagem é uma invenção e uma convenção, não há nenhuma conexão entre ser e verdade, ser e essência, ser e natureza, ser e substância, ser e divindade.

O quarto estágio refere-se à idéia de “poder disciplinar” contida na “genealogia do sujeito moderno” proposta por Michel Foucault. A disciplina é exercida não só pelos regimes administrativos como também pelas “disciplinas” das ciências sociais que fomentam os conhecimentos e cuja finalidade é produzir “um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil” (Hall, op.cit.: 42, citando Dreyfus e Rabinow).

O quinto e último descentramento é consequência do impacto tanto da crítica quanto do próprio movimento feminista, que traz à tona a necessidade da constituição de uma política para cada identidade, entendendo-se aí identidade não mais como uma inteireza, um porto seguro, mas como movimento em si mesmo e internamente contraditório: como identificação.

O terceiro ponto de minha questão trata das culturas híbridas resultantes dos processos tradutórios, conforme os pensamentos de Stuart Hall e Homi Bhabha. O conceito de sujeito descentrado é uma tese que contribui para a compreensão dos fenômenos decorrentes das imensas ondas migratórias que assolam o planeta, cujos encontros interculturais produzem o que Homi Bhabha (2003) denomina como o fenômeno da “tradução”. Se acrescentarmos a essa tese o recente fenômeno da interconectividade global e os apelos ao consumo e promessas de vida melhor atrelados a ela, os processos tradutórios

alcançam velocidade próxima a da luz e, por conseguinte, o irrefreável poder de demolir mitos identitários.

A tradução é fruto do deslizamento da idéia de tradição, que pode ser entendida, de um lado, como a tentativa de manutenção de uma identidade local do imigrante que absolutamente impregnado pelos valores e costumes do novo lugar, é acometido tanto pela nostalgia como pelo fundamentalismo, mas está cômico que de aquele mito identitário de uma pátria imaginária não mais retornará, melhor, tem plena consciência do espaço criativo que na construção de uma tradição imaginária e imaginada, e, de outro lado, como algo próximo ao que se entende por “sincretismo”, no âmbito da religião, que é a mescla de credos, valores e costumes produzindo ritos e mitos absolutamente distintos de seus supostos compósitos. Os dois casos produzem híbridos que não podem ser entendidos como frutos de uma razão dialética, já que não são nem o diálogo, nem a conciliação e nem a superação entre dois opostos ou intangíveis, mas como um algo que abandona a idéia de estação e adere a um ininterrupto estado de movimento mesclatório, cujo sentido e destino é impossível determinar ou mesmo imaginar.

O conceito de tradução é que remete a possibilidade de pensar o entre-lugar, que não é nem o local de origem do imigrante, em termos de ambiente cultural, nem o novo lugar para onde migrou. A tensão entre a tendência homogeneizadora da globalização e o que Bauman classifica como “ressurgimento da etnia” produz na agência cotidiana a separação entre o corpo político e o pertencimento étnico. Trata-se de importantes ingredientes do que Hall sinaliza como “lento e desigual, mas continuado, descentramento do Ocidente”. Acrescento a esse pensamento aquilo que penso, a falta de melhor termo, serem migrações espirituais, em sentido intelectual e cultural, que produzem o fenômeno da tradução em entre-lugar virtual através da interconectividade.

Muito embora as interpretações de Stuart Hall, e seus interlocutores, estejam atreladas aos movimentos migratórios e diaspóricos na Inglaterra, é possível deslocar o pressuposto teórico-metodológico para outros campos das configurações culturais, como, nesse caso, para a idéia de educação e currículo escolar. Nesse trabalho, em especial, desejo investigar o segundo descentramento proposto por Hall, àquele que se atém à noção de

inconsciente no *intermezzo* Freud – Lacan, bem como suas relações com o tema central da pesquisa. Para tanto faço um pequeno recuo no tempo até à psicologia no século XIX².

Em seu nascedouro, a psicologia configurava-se como uma ciência da consciência. Identificando o mental com o consciente subsidiou correntes como o pragmatismo, o intencionalismo, o cognitivismo e o empirismo. Wilhelm Wundt (1832-1920), fundador da psicologia experimental, foi classificado por seus críticos como elementista e atualmente os cognitivistas têm se identificado com suas proposições. Também pode ser classificado como um empirista, em oposição ao nativismo. Acreditava que a vida mental era fruto da experiência e não de idéias inatas e que os fenômenos mentais do presente se baseavam em experiências passadas, antecipando, de certa forma, o construtivismo.

Já William James (1842-1910) propugnava que as emoções são conseqüências, e não causas, das reações fisiológicas associadas a ela: “O senso comum diz: nós perdemos algo, ficamos tristes e choramos; nós encontramos um animal selvagem, nos assustamos e corremos; somos insultados, ficamos bravos e atacamos. Segundo James essa sequência está incorreta, para ele nós nos sentimos tristes porque choramos, bravos porque atacamos e com medo porque trememos. James defendia que é conceitualmente impossível imaginar uma emoção como a culpa sem suas claras conseqüências fisiológicas, como as lágrimas, dores no peito e falta de ar.

Segundo um outro pensador, Franz Brentano (1838-1917), o fenômeno psíquico distingue-se dos demais por sua propriedade de referir-se a um objeto, bem como a um conteúdo de consciência, através de mecanismos puramente mentais. À psicologia caberia, então, estudar as diversas maneiras pelas quais a consciência institui suas relações para com os objetos existentes nela mesma, descrever a natureza desta relação, bem como o modo de existência deste objeto.

² As informações de caráter histórico a partir daqui basicamente se encontram disponíveis no site da wikipédia. Como não é um trabalho de história, me senti à vontade para inserir tais dados como simples ilustração, que podem suscitar no leitor buscas outras de cunho mais aprofundados, conforme fins, enfatizo apenas que não há erro nas informações.

A grande transformação no campo da psicologia acontece a partir das investigações de Sigmund Freud (1856-1939). Freud iniciou seus estudos pela utilização da hipnose como método de tratamento para pacientes com histeria. Ao observar a melhoria de pacientes, elaborou a hipótese de que a causa da doença era psicológica, não orgânica. Essa hipótese serviu de base para seus outros conceitos, como o do inconsciente. Freud também é conhecido por suas teorias dos mecanismos de defesa, repressão psicológica e por criar a utilização clínica da psicanálise como tratamento da psicopatologia, através do diálogo entre o paciente e o psicanalista. Freud acreditava que o desejo sexual era a energia motivacional primária da vida humana, assim como suas técnicas terapêuticas. Ele abandonou o uso de hipnose em paciente com histeria, em favor da interpretação de sonhos e da livre associação, como fontes dos desejos do inconsciente.

Foi longa e tortuosa a passagem da ciência da consciência para a ciência das representações mentais e isso só foi possível a partir das proposições de Freud acerca do inconsciente³.

O inconsciente, para Freud, possui três sentidos: um sentido descritivo, isto é, o do fato psíquico que, embora ausente da consciência, continua presente na vida mental. O sentido dinâmico, onde os pensamentos e representações que, embora ajam sobre a pessoa, permanecem fora da consciência. E o sentido sistemático, em que os processos mentais inconscientes possuem leis próprias de funcionamento, diferentes e independentes das do consciente.

A construção do conceito de inconsciente⁴ passa por três formulações que acompanham os avanços da pesquisa de Freud e salientam seu gradual afastamento da medicina em direção à psicanálise. Podemos resumir a primeira formulação da seguinte maneira:

1) nossas representações não podem ser cópias exatas da configuração dos estímulos periféricos.

³ Cf. Caropreso, Fátima e Simanke, Richard Theisen. Uma reconstituição da estratégia freudiana para a justificação do inconsciente. In: Ágora (Rio de Janeiro) v. XI n. 1 jan/jun 2008 31-51, disponível em www.scielo.com.

⁴ Tratarei aqui apenas do mínimo necessário à discussão do tema proposto no início do texto, maiores informações deverão ser obtidas nas próprias referências bibliográficas.

- 2) A anatomia do sistema nervoso impossibilita a confecção dessas cópias, uma vez que o número de fibras associativas que conecta a medula ao córtex é menor do que aquele que conecta a periferia nervosa à medula.
- 3) É como se nossas informações sensórias possuíssem um duplo destino no caminho da medula ao cérebro: as que chegam ao córtex alimentam nossa consciência e as que chegam à periferia do córtex alimentam nosso inconsciente. Cada destino tem sua própria forma de produzir as representações, mas ambas agem sobre o organismo.

Essa formulação situa-se em franca oposição à teoria da concomitância de Jackson (1884-1958), onde os estados mentais e os estados nervosos ocorreriam paralelamente, não havendo interferência de um sobre o outro. Tudo que é mental – toda a representação – seria necessariamente consciente. Mantendo-se ainda aqui a tradicional identificação entre o mental e o consciente.

Em *Projeto de uma psicologia*⁵ Freud redefine a consciência como algo restrito e posterior em relação aos processos representacionais que, em seu conjunto, constituem a mente. Daí sai a segunda formulação do conceito de inconsciente:

- 1) Afirma-se a independência do psíquico em relação à consciência.
- 2) Portanto, o inconsciente passa a ser o psíquico.
- 3) A experiência clínica com as neuroses teria sugerido que há processos psíquicos (sonhos, atos falhos) para além da consciência, processos com todas as características de uma representação que, não obstante, permanecem afastados da consciência, inacessíveis a ela e, mesmo assim, capazes de influir sobre a atividade mental consciente.

A terceira formulação dá o passo definitivo e alicerça um dos descentramentos do sujeito propostos por Hall:

- 1) O psíquico seria mais amplo do que a consciência e esta última seria algo que viria a se acrescentar a uma pequena parte das nossas representações.

⁵ Apud. Caropreso e Theisen, op.cit.

2) “A psicanálise tem que considerar a consciência como uma qualidade do psíquico que pode se apresentar junto com outras qualidades ou estar ausente” (S.F.).

3) As representações existem fora da consciência.

Ora, se a representação existe fora da consciência, a idéia de um sujeito descentrado começa a partir daqui a ficar cada vez mais contundente, principalmente se levarmos em conta a reconstrução moderna do argumento freudiano segundo Wakefield:

1) A mente é um sistema de estados intencionais (desejos, impulsos, temores, propósitos, etc.) dinamicamente integrados. Freud defende a existência de estados intencionais e representacionais inconscientes que precisam ser resgatados.

2) A “mente inconsciente” é teoricamente possível. A consciência não constitui a essência do mental. A essência do mental é a representacionalidade dos estados cerebrais, ou seja, uma propriedade que pode ser aplicada a estados cerebrais não conscientes. O mental é, sobretudo, o representacional e a consciência é apenas uma qualidade que se pode acrescentar a uma representação.

3) Os estados mentais inconscientes não são apenas teoricamente possíveis, mas existem de fato: as sugestões pós-hipnóticas, os sintomas neuróticos, os sonhos, os atos falhos, as produções artísticas, etc.

Ora se aderirmos à possibilidade da existência de estados intencionais e representacionais de caráter inconsciente, a noção de um agente cômico de sua subjetividade e poder decisório imputada pela racionalidade kantiana fica, no mínimo, prejudicada. Preocupado com isso Juranville diz que a única demonstração viável da existência do inconsciente seria a sua dedução a partir da linguagem, tal como foi compreendida por Lacan. Tentativa feita por Michel Arrivé (2000), linguista francês, professor titular do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade de Paris X, que estudou por cerca de vinte anos as formulações de Jacques Lacan (1901 – 1981) acerca da máxima “o inconsciente estrutura-se como uma linguagem” e é dele que vou me valer para entender a “gramática” lacaniana.

Para início de conversa, é imprescindível entender a trajetória percorrida pelo conceito de signo desde Saussure até Lacan, passando por Jakobson.

Saussure define o signo como a união do sentido e da imagem acústica. O que ele chama de “sentido” é a mesma coisa que *conceito* ou *idéia*, isto é, a representação mental de um objeto ou da realidade social em que nos situamos, sendo essa representação condicionada pela formação sociocultural que nos cerca desde o berço. Em outras palavras, para Saussure, conceito é sinônimo de significado (plano das idéias), algo como o lado espiritual da palavra, sua contraparte inteligível, em oposição ao significante (plano da expressão), que é sua parte sensível. Por outro lado, a imagem acústica “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som”. Melhor dizendo, *a imagem acústica é o significante*. Com isso, temos que o signo lingüístico é “uma entidade psíquica de duas faces”, semelhante a uma moeda⁶.

Já para Jakobson a linguagem é redefinida como meio de comunicação interpessoal e intersubjetiva que opera entre falantes e ouvintes. Seu aprendizado e sua sobrevivência dependem do diálogo. Entre a língua e a fala existe uma interdependência mútua, não dicotômica, como acreditava Saussure. A língua existe para a construção de instâncias da fala; o funcionamento da fala depende da língua⁷.

Se Lacan toma emprestado de Saussure o conceito de significante para romper com a tradição estruturalista, é óbvio que uma nova concepção de signo terá lugar no seu pensamento. Signo é o que representa algo para alguém. O signo não implica o aparecimento do significado, porque colocar em cena um sentido é função do significante. No *Seminário 9, L'identification* (1961-1962, inédito), Lacan diferencia o signo do significante da seguinte forma: a pegada de um passo diante de Robinson Crusoé tem valor de signo, porque representa para ele alguma coisa com valor de símbolo, podendo lhe dar significantes. Justamente por isto, ele pode chegar à conclusão de que não está só na ilha. A distância entre este signo (pegada) e o que advém como instrumento da negação (não estou só) são os dois extremos da cadeia. É

⁶ Castelar de Carvalho, UFRJ, <http://www.filologia.org.br/viisenefil/09.htm>.

⁷ Irene Machado, <http://www4.pucsp.br/pos/cos/cultura/biojakob.htm#Peregrinacao>.

entre estas duas extremidades que o sujeito pode surgir, já que seu aparecimento está sempre ligado a uma pulsação em eclipse: o que comparece numa fala para desaparecer e de novo reaparecer. Símbolo, aqui, deve ser entendido não como significado, mas alguma coisa com valor de signo, isto é, com valor de dons⁸.

Isso nos remete a tentativa de entendimento das relações entre Língua e Inconsciente, o que topicamente poderíamos estabelecer da seguinte maneira:

- “O inconsciente é linguagem (língua materna)”, em Freud.
- O “inconsciente [é] estruturado como uma linguagem (o francês)”, em Lacan.
- “A língua (materna) é que constitui o modelo da estrutura do inconsciente”, segundo o entendimento de Arrivé sobre Lacan.
- A Gramática como estrutura do inconsciente ou o modo de lhe dar temporalidade, em Arrivé.

Portanto, deduz-se daqui que a ausência de temporalidade do inconsciente requer a estrutura da língua que lhe forneça tal *démarche* e é na fala que essa interação se revela, já que é na fala que o inconsciente se revela pela via do ato falho, isso nos remete à necessidade de entender as relações entre a Língua, a Fala e a Linguagem.

Considera-se Língua um sistema de significantes estruturado por um conjunto de regras. Já a Fala revela-se no aparecimento das regras na sequência discursiva formando um sistema discursivo. Por Linguagem um sistema signifiante (abc) desdobrado em dois vetores, um sincrônico - potência + sistema discursivo (bê-á-bá), e um diacrônico – ato: o discurso.

Para Lacan há um privilégio da fala, segundo ele se tentássemos ancorar na linguagem a constituição do objeto, seríamos forçados a constatar que ela só se apresenta no nível do conceito, muito diferentemente de qualquer nominativo, e que *a coisa*, tomada redutivamente como substantivo, reparte-se no duplo raio divergente da causa na qual ela se abrigou em nossa língua e do nada ao qual ela deixou sua vestimenta latina (Arrivé, 2000).

Entretanto, para subsidiar a discussão que me interessa, gostaria de retomar o problema da ausência do tempo no inconsciente, pois é nisso que se

⁸ Nadiá Paulo Ferreira, UERJ,
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100009

atém a Gramática Lacaniana. Tal gramática se centra em três setores da língua/linguagem, levando-se sempre em consideração o privilégio da fala, são eles:

- Exclamação
- Interrogação
- Negação – discordância e forclusão

Vale sempre lembrar que a gramática lacaniana diz respeito, sobretudo, ao francês e que o sujeito acabado (da oração) não pode se confundir com a presença do passado. Para Lacan o inconsciente é estruturado como uma linguagem, de tal modo que:

- **In-consciente** – possui caráter negativo e pressupõe qualquer coisa do mundo.
- **Estruturado** – estrutura + linguagem.
- **Como** – por uma.
- **Uma** – como uma língua, ao modo de uma língua.
- **Linguagem** – alíngua (não-língua) onde ele habita.

O inconsciente é estruturado como as reuniões de que trata a teoria dos conjuntos, que são como letras (Lacan), onde a linguagem é plural, a língua é singular e o inconsciente conserva suas raízes linguísticas de forma estapafúrdia⁹, pois se calca nos equívocos da língua, ou seja, sem linguagem, nada de inconsciente. (Arrivé)

Lacan divide a Fala em três segmentos: **Fala plena** – que é ato e produz discurso; a **Fala vazia** – que é assimilada ao discurso corrente, é o que interessa a Lacan; e a **Fala fundadora** – “faz-me, na fala outro que não sou”. Quando alguém define: “você é isso”, ou você se auto define: “eu sou assim”, essa definição nunca condiz com uma possível verdade acerca daquele que é definido, trata-se apenas de uma significação provisória para algo que prescinde de significação, é apenas um fechamento precário e contingencial. De outro lado a fala plena não coincide com os enunciados performativos que

⁹ Pensando-se no privilégio da fala na temporalização do inconsciente, vale lembrar que a fala embora sempre se utilize de linguagem, nem sempre o faz da língua. A fala se utiliza de recursos outros para além das palavras: o silêncio, o gesto, a onomatopéia, as expressões corporais; que sempre se traduzem como possibilidades de linguagem, mas que estão longe do que se entende por língua.

transformam o sujeito, se o inconsciente fala, isso pressupõe uma gramática, mas ele não é sujeito, já que fala por sonho ou ato falho.

Para Lacan três problemas ilustram a relação entre inconsciente e linguagem:

- O problema dos **tempos verbais**.
- O problema dos **indicadores** (shifters).
- O problema da **negação**

Dentre os tempos verbais que mais elucidam essa relação e que evidenciam os problemas da concordância do verbo com o sujeito, temos:

- 1) **Futuro do pretérito composto** (eu teria sido) – distingue o tempo da cronologia, situa um processo no futuro como anterior a outro processo. O que se realiza na minha história é o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que estou me transformando.
- 2) **Imperfeito** (eu era) – tempo que conjuga ambiguidade e duplicidade: eu estava aí.
- 3) **Presente** – (eu sou) – como forma de dar perenidade ao fugaz.

Nesse sentido o sujeito não é o agente, mas o suporte da ação proferida pelo verbo, o que fica mais claro no caso dos indicadores ou *shifters*: Para que existisse sujeito o “Eu” teria que ser sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. No caso de uma oração do tipo “eu sei que Francis veio” “eu” seria o sujeito do enunciado, mas não o da enunciação; para que eu fosse sujeito do enunciado e da enunciação a frase deveria ser “eu sei se Francis veio”, mas isso incorreria num impedimento formal da língua.

Num outro caso numa frase do tipo “eu não sei se Francis veio”, como na fórmula acima eu seria o sujeito do enunciado, mas, por conta da negação, não o sujeito da enunciação, para que assim o fosse a frase deveria ser “eu não sei que Francis veio”, mas novamente incorreria num impedimento formal. Nesse sentido temos o “eu” como significante, onde o sujeito do enunciado designa o sujeito como aquele que fala atualmente e não como o agente.

O Problema da Negação se desmembra em dois outros:

- 1) A **discordância** - O sujeito da enunciação só é significado pela negação “eu não sei”. O eu, nesse caso, é o sujeito da enunciação e não do enunciado. O que produz um sofisma, já que a ação humana é ordenada pela ação do outro.

2) A **Foraclusão** - um mecanismo específico da psicose, através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito. Quando essa rejeição se produz, o significante é foracluído. Não é integrado no inconsciente, como no recalque, e retorna sob forma alucinatória no real do sujeito.

Segundo Márcio Peter de Souza Leite¹⁰

“Foraclusão” foi a tradução proposta por Lacan para *verwerfung*. É um termo de uso corrente no vocabulário jurídico procedimental e significa o vencimento de um direito não exercido nos prazos prescritos. Para abordar o tema, Lacan se apóia no texto de Freud *Die Verneinung* no qual Freud propõe que o juízo de atribuição é anterior a um juízo de existência. Freud afirma que anterior a *verneinung* (negação) deve existir uma *bejahung* (afirmação). A *ausstossung* (expulsão), operação que Freud entende como constitutiva do psíquico é regulada pelo princípio do prazer: a expulsão do desprazeroso e a inclusão do prazenteiro estabelecem uma primeira distinção entre um fora e um dentro. Desta forma, a negação é uma formação tardia a serviço do recalque e a *verwerfung* (foraclusão) é um obstáculo, pois age anulando a *bejahung* (afirmação). O recalque gera sintomas e a foraclusão irá gerar fenômenos diversos, como por exemplo, a alucinação e o *acting-out*. A diferença entre repressão e foraclusão é que o recalcado se revela mediante uma negação e demonstra ser dialetizável. Ao contrário, o surgimento do *verworfen* (foracluído) é “incapaz de fazer funcionar a *verneinung*”, diz Lacan.

Com isso Lacan tenta tornar compreensível a função do tempo no processo de identificação do sujeito em suas relações com outros sujeitos e do ato de fala que conclui esse processo. Mas o que isso tem a ver com currículo e educação escolar que, definitivamente, é o que me interessa? Ora, se um dos princípios fundamentais da educação escolar é introduzir à cultura vigente e orientar para o exercício da agência, como isso pode ser pensado, aderindo a Lacan e Hall, quando a noção de agência se volatiliza e a idéia de cultura repousa sobre um híbrido intangível? Mais, pensando na interconectividade, um híbrido intangível cuja velocidade de sua mutação não permite sequer o fechamento provisório a que nos remete nossa escola iluminista? Se cremos que “palavras [faladas] o vento leva” e se exatamente é a fala que conclui o processo de identificação do sujeito e suas relações com outros sujeitos, em que sustentáculos nossa educação escolar pode ancorar?

¹⁰ Disponível em http://www.marciopeter.com.br/links2/destaques/dest_foraclusao.html

Como é possível pensar currículo como seleção de conteúdos ou conhecimentos, ou mesmo como configurações discursivas, incluindo-se aí as práticas cotidianas e os documentos de toda sorte, e mais qualquer amplitude que se dê ao termo currículo?

Elizabeth Macedo (2006), na tentativa de conceituar currículo como “espaço-tempo de fronteira cultural”, levanta um sintético histórico das pesquisas acerca da relação entre currículo e cultura no campo da educação, me parece importante como exemplo de ampliação do conceito de currículo a definição proposta por Silva e Moreira (1994), citada pela autora, que reputa currículo como “um terreno de produção e de política cultural” que vem sendo assumida por amplos setores do campo da educação e que se funda na possibilidade da agência. A introdução da reflexão que proponho, e obviamente não sou o inventor da roda, que se baseia na concretude da existência contemporânea, implode essa possibilidade; ao mesmo tempo que desampara abre uma página por ser escrita, oferece o campo da criação, como a proposta de Macedo ao pensar currículo com espaço-tempo de fronteira cultural.

Ao tomar emprestado o conceito einsteiniano de espaço-tempo, Macedo redimensiona o problema arrastando-o para um outro campo, conceitua “currículo como um espaço-tempo de fronteira no qual interagem diferentes tradições culturais e em que se pode viver de múltiplas formas”, mais a frente diz tratar-se de um processo “que explicita a fluidez das fronteiras entre as culturas do eu do outro e torna menos óbvias e estáticas as relações de poder”.

Assim sendo eu eliminaria de pronto o termo fronteira da conceituação, por conta da introdução do ingrediente da interconectividade à reflexão, mas tenderia a aderir à idéia de espaço-tempo tal como o pensava Einstein, onde dois observadores, em lugares diferentes, um em descanso, outro em movimento, em relação a uma fonte de luz, por conta do absoluto da velocidade da luz, sentem-se ambos no centro do círculo da emissão dos raios de luz, muito embora nossa intuição o diga que não. Para mim a interconectividade, assomada aos já postos descentramento e hibridismo, resulta num espaço que não é geográfico nem físico, mas temporalidade pura e, portanto, prescindida de fronteira, o que nos remeteria à questão: como é possível pensar educação escolar e currículo num mundo sem fronteiras, já que não há agência e o

espaço é pura temporalidade? A própria idéia de cultura como um algo se desfaria. Será preciso reinventar a teoria sobre a existência humana.

Se pensarmos que a condição de sujeito coincide com sua atitude e sua intenção (Lemos, 2010), é na noção conhecimento e de verdade que se concentra a discussão acerca desse sujeito. Logo, para se compreender o não-sujeito é preciso demolir a sacralidade tanto do conhecimento quanto da verdade, portanto é na voz de Friedrich Nietzsche que encontramos nosso ponto de partida:

Em algum ponto perdido deste universo, cujo clarão se estende a inúmeros sistemas solares, houve, uma vez, um astro sobre o qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o instante da maior mentira e da suprema arrogância da história universal. (F.N., 1873)

Segundo Michel Foucault, quando Nietzsche diz que o conhecimento foi inventado a intenção é opor invenção à palavra origem. Dizer que o conhecimento humano foi inventado significa dizer que ele não está inscrito na natureza humana, que ele não constitui o mais antigo instinto do homem. Não há no humano o germe do conhecimento. Dizer que o conhecimento foi inventado é dizer que a verdade foi construída segundo cada invenção, segundo cada discurso, o que nos leva a concluir que conhecimento é apenas discurso ou, como agravaria Rorty, é uma conversa.

O discurso é um conjunto de fatos linguísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção. Foucault considera os fatos de discurso tal como os anglo-americanos: como jogos estratégicos de ação e reação, de dominação e de esquiva, como também de luta. Portanto, o que deve ser feito é a constituição de um sujeito de conhecimento, que a cada instante é fundado e refundado, através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais, o que contradiz a vigente compartimentação do conhecimento em disciplinas e, por conseguinte, a inadequação da idéia de formação para uma sociedade que, como vimos nas teses de Hall e Lacan, já se configura sob a égide do sujeito descentrado. Talvez resida nessa inadequação o sentimento de crise que tanto se propala nos meandros da Educação.

O mesmo ponto de vista pode ser aplicado para os analistas que percorrem as vias da tensão entre o local e o global, como é o caso de Bob

Lindgard, amparado em Appadurai e seu conceito de globalização vernacular que por mais que rejeite o significado da globalização como algo que significa apenas ocidentalização, americanização, mercantilização e homogeneização, ainda contrapõe realidades locais e globais, práticas políticas tomadas de cima para baixo e práticas localizadas ou micronarrativas. A meu juízo o conceito de interconectividade que se abstrai da idéia de globalização em Hall elimina essa tensão entre o global e o local, já que o local e o global inexistem de fato, são apenas fenômenos, espectros. O tempo destrói o espaço e, conseqüentemente, suas representações.

Talvez uma possibilidade de saída seja pensar a educação como estética, um pouco baseada no que pensava Nietzsche. A estética de Nietzsche não é a tentativa de uma filosofia que possa entender a obra de arte, mas sim transformar o próprio homem em obra de arte, convencendo-o a abandonar a racionalidade iluminista e aderir a embriaguez e a ilusão consciente, já que também apolínea posto que forma, da existência estética, onde a criação e não mais a compreensão seja o *dínamus* dessa existência. Penso que no universo da interconexão e do sujeito descentrado a embriaguez dionisíaca seja uma possibilidade de nos sentirmos confortáveis num mundo ausente de sentidos, onde a agência é verdadeiramente uma ilusão, sem que isso nos impeça de forjar formas, discursos, conversas sob a égide de Apolo, como este texto que escrevo agora, dou forma, imprimo a letra, mas cômico de que apenas descrevo, através da urdidura estética das palavras, apenas um ponto de vista que nunca se constituirá como verdade, como conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

ARRIVÉ, M. Lacan Gramático. Tradução de Tereza Cristina Pinto e Marcos Lopes. Revisão de Ivã Carlos Lopes e Waldir Beividas. Agora, v.III, n.2, jul/dez, 2000. p. 9-40.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. In Educação e Sociedade. Vol.1, n. 1(1978). São Paulo: Cortez; Campinas: CEDES,1978.

BHABHA. Homi K. O local da cultura. Tradução de Miriam Ávila et alii. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CAROPRESO, F. e SIMANKE, R. T. Uma reconstituição da estratégia freudiana para a justificação do inconsciente. In: Agora (Rio de Janeiro) v. XI n. 1 jan/jun 2008 31-51, disponível em www.scielo.com.

CARVALHO, Janete Magalhães. O não-lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada. In: Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2005, n. 28.

DIAS, Rosanne Evangelista. Ciclo de políticas curriculares na formação de professores no Brasil (1996-2006). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROPED/UERJ, 2009. Inédito.

FERREIRA, N.P. Jacques Lacan: apropriação e subversão da linguística. Agora, v.V, n.1, jan/jul, 2002. p. 113-132.

FERRY, Luc. Famílias amo vocês: política e vida privada na era da globalização. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Supervisão final do texto de Léa Porto de Abreu Novaes et al. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. 7ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

-----, Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

LINDGARD, Bob. É ou não é: globalização vernacular, política e reestruturação educacional. In: Burbules, Nicholas C. & Torres, Carlos Alberto. Globalização e Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p. 59-76.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de integração curricular. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

----- & LÓPEZ, Silvia Brama. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEN. In: Educação em Revista. v. 26, n. 1. Abril de 2010. Belo Horizonte. Disponível em www.scielo.com.

MACEDO, E.F. de. Currículo com espaço-tempo de fronteira cultural. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n.32, maio/ago. 2006. p. 285-296.

MACHADO, Roberto. O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MOUFFE, Chantal. Identidade democrática e política pluralista. In: Mendes, Candido & Soares, Luiz Eduardo. Pluralismo cultural, identidade e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. O Nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

-----, A genealogia da moral. Preparação dos originais de Joaquim José de Faria. 3ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1991

ROBINSON, Dave. Nietzsche e o pós-modernismo. Tradução de Fernanda Gurgel. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: UFJF, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TURA, Maria de Lourdes. Políticas de currículo no cotidiano escolar. In LOPES, Alice Casemiro et alii. Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal. Petrópolis: DP ET alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.